POLÍCIA MILITAR: AS ORIGENS

VALDEMAR DE ALMEIDA BARBOSA

Historiador, Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Resumo: *Estuda as origens da Polícia Militar do Estado de Minas, discutindo a data de sua criação e o instrumento legal que a criou. Tece considerações sobre os primeiros tempos da PM e sobre sua atuação nos diversos movimentos revolucionários do País, nos quais atuou decisivamente.*

Qual a data da criação da Polícia Militar de Minas? Já publiquei no *Diário da Tarde* uma série de artigos sobre o assunto. Inicialmente convém esclarecer: hoje dizemos Polícia Militar. Mas a Corporação teve outras denominações. Um exemplo: logo no início do regime republicano, quando os governadores do Estado eram designados pelo chefe do Governo Provisório da República, João Pinheiro, por ato de 6 de maio de 1890, dissolveu o antigo Corpo Policial e criou a Polícia do Estado. Outra observação devemos deixar clara: a Polícia, a princípio, ficava a cargo da municipalidade. Isto ficou reforçado com a Lei de 19 de outubro de 1828, sancionada por D. Pedro I e referendada pelo Ministro do Império, José Clemente Pereira, Lei que deu nova forma às câmaras municipais. O Art. 66 estabelecia: "*Terá a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia e à economia das povoações...*"

A Polícia Militar de Minas tem celebrado o aniversário de sua criação em 10 de outubro. Será fácil verificar quando tiveram início essas comemorações. A verdade, porém, é que a Polícia Militar de Minas não foi criada naquela data. A Lei de 10 de outubro de 1831, aprovada pela Assembléia Geral e sancionada pelos membros da Regência Permanente Trina, General Francisco de Lima e Silva, deputado José da Costa Carvalho e deputado João Bráulio Muniz, e referendada pelo Ministro da Justiça, Pe. Diogo Antônio Feijó, no seu Art. 19, autorizava o governo a criar, na Cidade do Rio de Janeiro, um Corpo de Guardas Municipais, a pé e a cavalo, "*para manter a tranqüilidade pública e ajudar a Justiça...*" O Art. 29 estabelecia: "*Ficam igualmente autorizados os presidentes, em Conselho, para criarem iguais corpos...*"

Antes da instalação da Assembléia Legislativa Provincial, o que se verificou em 1835, funcionava em Minas o Conselho Geral da Província,

constituído dos homens mais eminentes e mais cultos. Este Conselho Provincial, em sua reunião de 12 de dezembro de 1831, examinou a autorização contida na Lei acima citada e aprovou resolução no sentido de se criar em Minas um Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Pormenores sobre essa reunião de 12 de dezembro, nomes dos que constituíam o Conselho Geral, tudo se acha no Arquivo Público Mineiro. Poderá ser examinado por quem quiser. A Resolução de 12 de dezembro baseou-se na Lei de 10 de outubro, mas, na realidade, essa Resolução é que criou o Corpo de Guardas Municipais Permanentes de Minas.

O presidente da província, Manuel Inácio de Melo e Souza, em relatório apresentado ao Conselho Geral da Província, em 19 de dezembro de 1832, faz referências ao Corpo de Guardas Municipais Permanentes:

*“Compõe-se de 3 Companhias e, posto que a força total deva constar de 348 praças, até hoje não se acha completa. A primeira Companhia tem sua parada nesta Capital, a segunda, na vila de São João Del-Rei, e a terceira, na de Caeté, e têm sido empregadas na guarnição, em destacamentos e outros serviços. O primeiro Corpo de Cavalaria de 1ª linha acha-se reduzido, conforme o plano que se refere ao decreto de 4 de maio de 1831 e como não era bastante para guarnecer os Registros...”*¹

Já o relatório apresentado pelo Presidente Antônio Paulino Limpo de Abreu, no ano seguinte, 19 de dezembro de 1833, contém referências bem elogiosas. Convém esclarecer que Antônio Paulino Limpo de Abreu revelou-se, mais tarde, um dos maiores estadistas do Brasil, condecorado com o título de Visconde de Abaeté. Eis suas referências ao Corpo de Guardas Municipais Permanentes:

*“Relevantes são os serviços que tem prestado este Corpo e o governo não pode perder a ocasião tão oportuna de tecer elogios de que se fazem dignos o Comandante, como os oficiais que para ele foram escolhidos”.*²

Alguns autores, ao tratar das origens da Polícia Militar de Minas, costumam referir-se aos regimentos criados no período colonial. O Regimento dos Dragões, criado no início de nossa História, assim como o Regimento Regular de Cavalaria, criado em 1775 por D. Antônio de Noronha, a que pertenceu o alferes Joaquim José da Silva Xavier, a chamada Tropa Paga, constituíam as forças do Exército. Isso ficou bem claro,

1. In: Revista do A.P.M., vol. XVII, 1912, p. 123.

2. In: Revista do A.P.M., vol. XVII, 1912, p. 133.

quando D. Rodrigo José de Meneses, ao expulsar um elemento da corporação, declarou-o *"indigno de servir ao Exército De sua Majestade"*.

É verdade que os soldos eram pagos pelo governo de Minas. É que cada capitania constituía, então, um país subordinado diretamente à Coroa.

Há historiador que se refere também aos regimentos de Ordenanças, designados, às vezes, por *"Tropa não Paga"*. Esses corpos auxiliares eram constituídos de agricultores, mineradores, homens do trabalho, que se alistavam e só eram convocados em caso de guerra externa. Fora dessa situação de emergência, viviam todos dedicados às atividades próprias de cada um.³

Os regimentos de Ordenanças não tinham qualquer função policial. João Camilo de Oliveira Torres, no estudo dedicado à nossa *"Organização Militar"*, é categórico:

"Em Minas, além das tropas organizadas pelo povo, para defesa territorial, havia uma única tropa do Exército Real, único corpo militar português sediado em Minas, a que pertencia o Tiradentes, o Regimento de Dragões".⁴

Na minha opinião, as raízes da Polícia Militar de Minas encontram-se no Ato de D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, de 5 de julho de 1811, que criou dois Corpos de Guardas Municipais, um em Vila Rica, e outro em Mariana. D. Francisco de Assis Mascarenhas assumiu o governo de Minas em 5 de fevereiro de 1810. Homem de iniciativa, criou aqui a primeira fábrica de tecidos. Deu todo o apoio ao engenheiro alemão, Barão de Eschwege, que criou em Minas a primeira fábrica de ferro do Brasil, perto de Congonhas, denominada a Patriótica, a primeira que realmente produziu ferro no Brasil.

O Conde de Palma criou os primeiros corpos de Polícia em Minas, com o nome de Guardas Municipais. Aí está a semente de nossa Polícia Militar. Com data de 5 de julho de 1811, o Capitão-General dirigiu ao Ouvidor de Vila Rica, Desembargador Luís Antônio Monteiro de Barros, a seguinte ordem: providenciar a instituição de um Corpo de Guardas Municipais, para formar a polícia de Vila Rica. Na mesma data e nos mesmos termos, dirigiu-se D. Francisco de Assis Mascarenhas ao Juiz de Fora de Mariana (era o Presidente da Câmara).

3. BARBOSA, Valdemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte, Comunicação, 1979. v.3, p.612-613.

4. TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro. v. 1, p. 185.

Sem demora, o Conde de Palma dirigiu-se ao Ministro da Guarda, Conde de Linhares, comunicando a iniciativa da criação dos dois Corpos de Polícia. Junto ao ofício, foi enviado o plano da organização dos dois Corpos de Polícia. Com admirável presteza, o Conde de Linhares levou ao Príncipe Regente, D. João, o ofício do Capitão-General de Minas, assim como o plano dos dois Corpos de Polícia. Com data de 13 de julho de 1811, sancionou o Príncipe Real o seguinte ato:

"Sou servido aprovar o plano que baixa com carta assinada pelo Conde de Linhares, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para organização de dois Corpos de Polícia, um em Vila Rica e outro na Cidade de Mariana, cuja manutenção, assim a respeito de soldados, como de tudo o mais, deve ser pelas rendas das referidas Câmaras. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e expeça nessa conformidade as ordens necessárias. Palácio do Rio de Janeiro, 13 de julho de 1811 (Com a rubrica de S.A.R.) ⁵

Na mesma data, 13 de julho, o Conde de Linhares, Ministro da Guerra, escrevia ao governador de Minas:

"Recebi e levei à Augusta presença de S.A.R., o Príncipe Regente, e S.A.R. aprovou a organização de dois Corpos de Polícia que V. Ex^a fez levantar nessa vila e na Cidade de Mariana. Manda dirigir ao Conselho Supremo Militar o competente decreto, para a mesma aprovação e me ordenou que remetesse ao Sr. Conde de Aguiar os planos que V. Ex^a enviou com o mesmo, que dizem respeito à repartição da Fazenda, o que tudo participo a V. Ex^a ⁶

Um caso raro de eficiência, de boa vontade e de rapidez em negócio público.

O plano apresentado a D. João, com a assinatura do Conde de Linhares, compreendia, tanto para Vila Rica, como para Mariana, o seguinte:

"Primeiro Cabo, soldo por ano, 60\$000 (sessenta mil réis). Segundo Cabo, soldo por ano, 50\$000 (cinquenta mil réis). Soldados a 112 por dia, em um ano, 745 \$ 860 (setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta réis). Para Quartel, por ano, 16\$000. Total: 871\$860". ⁷

5. Cód. 353, S.G. originais não paginados, Arquivo Público Mineiro.

6. Cód. 341, S.G., fl. 73v., APM.

7. Cód. 353, S.G., originais, APM.

Em 1812, um ano apenas após a criação dos dois Corpos de Polícia, o Conde de Palma escrevia: *"As Guardas de Polícia, especialmente a da Cidade de Mariana, têm correspondido aos vantajosos fins para que se destinaram"*.⁸

Com a morte súbita do Conde de Linhares, foi nomeado Ministro da Guerra o Conde das Galveias, com quem manteve o governador de Minas ativa correspondência a respeito dos Corpos de Polícia. Os policiais militares, a princípio, não usaram uniforme. Isso não prejudicou sua eficiência, mas, na verdade, deixava certo constrangimento. As rendas municipais não comportavam a despesa do fardamento. Em Mariana, surgiu a idéia de uma subscrição popular, para a aquisição das fardas. Todos cooperaram, inclusive o Juiz de Fora e o Bispo. Essa informação foi prestada pelo Conde de Palma ao Conde das Galveias, em ofício de 10 de março de 1813. O governador de Minas afirmava:

"A Guarda de Polícia da Cidade de Mariana está completamente organizada, e composta de gente a mais bem escolhida, e tem preenchido completamente os importantíssimos fins de sua instituição, parecendo-me, porém, que seja indispensável provê-la de uniforme regular, que servisse para influir maior entusiasmo aos soldados e para que a esses se guardasse maior respeito, com todo o aparato de um corpo militar..." O governador fez algumas referências ao Corpo Policial de Vila Rica.⁹

Pouco depois, com data de 29 de maio, o Conde de Palma envia ao Ministro da Guerra o modelo do fardamento do Corpo de Guardas Municipais de Mariana:

"Apresento o modelo do fardamento da Guarda de Polícia daquela cidade, a fim de que, sendo presente a S.A.R., haja de merecer do mesmo Augusto Senhor sua régia aprovação. O fardamento é elegante, cômodo e juntamente econômico".

Explicava em seguida que seria confeccionado com tecido fabricado no país.¹⁰

No mês seguinte, estava o modelo do uniforme aprovado por Sua Alteza. Em 30 de junho de 1813, dirigia-se o governador ao Ministro da Guerra para acusar o recebimento do ofício em que lhe fora comunicada

8. In: Revista do A.P.M., vol. XVIII, 1913, p. 497.

9. Revista do A.P.M., vol. XIX, 1921, p. 194/195.

10. Revista do A.P.M., vol. XIX, 1921, p. 226.

a aprovação do modelo do fardamento por "S.A.R. o *Príncipe Regente, Nosso Senhor*".¹¹

Temos a impressão de que a máquina administrativa funcionava muito bem. Se algum pesquisador se interessar em conhecer o modelo do fardamento usado pelos primeiros policiais militares de Minas, é fácil: basta procurar no Arquivo Nacional a correspondência do Conde de Palma de 20 de maio de 1813, que deverá encontrar o modelo por ele enviado.

O soldado mineiro sempre se distinguiu por sua bravura e se destacou por sua conduta. Era severa a seleção de homens que constituíam o Regimento Regular de Cavalaria, criado por D. Antônio de Noronha, a chamada Tropa Paga. Era inegavelmente uma tropa de elite. O historiador inglês C. R. Boxer observou os registros dos viajantes estrangeiros e anotou:

*"Os estrangeiros que viajaram pelo Portugal do Século XVIII, e por suas possessões de ultramar, mostraram-se quase sempre implacáveis contra a aparência maltrapilha e indisciplinada da maioria da soldadesca portuguesa, mas os Dragões de Minas Gerais fazem exceção digna de nota e mantinham sempre os mais altos padrões de traje e de disciplina"*¹²

Na formação dos primeiros corpos de polícia, criados em 1811, houve extremo cuidado na seleção dos homens. Por isso mesmo, a atuação dos primeiros policiais militares foi altamente satisfatória. As cartas do Juiz de Fora de Mariana ao governador da Capitania o comprovam.

Criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, pela Resolução de 12 de dezembro de 1831, foram afixados nos lugares mais públicos editais assinados pelo Secretário do governo, Luís Maria da Silva Pinto, em que se fixavam as exigências que deveriam ser satisfeitas pelos candidatos: atestados de boa conduta moral e política fornecidos pelo Juiz de Paz e pela Câmara Municipal. É preciso que se saiba que, na época, o Juiz de Paz era autoridade importantíssima, escolhida pelos eleitores de cada paróquia. Anos mais tarde, o Partido Conservador, no poder, transformou o Juiz de Paz em figura decorativa. Por isso é que os policiais militares de Minas sempre souberam conquistar a simpatia e a admiração de todos. Auguste de Saint Hilaire escrevia em 1817:

"Em país algum vi corpo de simples militares tão perfeitamente constituído, tão diferentes dos homens tão pouco dignos de apre-

11. In: Revista do A.P.M., vol. XIX, 1921, p. 235/236.

12. BOXER, C.R.A. *Idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1963. p. 190.

ço que constituem o regimento do Rio de Janeiro. Os soldados de Minas pertencem geralmente a famílias dignas. São notáveis por sua polidez, inteligência, excelente conduta e probidade”.

Em 1818, escrevia o mesmo Saint Hilaire: *“Todas as vezes que me encontro com algum deles, deparei modos extremamente delicados e de todo diferente dessa rusticidade grosseira que caracteriza freqüentemente o soldado europeu”.*

Em 1819, quando descreveu sua viagem às nascentes do Rio São Francisco, o cientista francês assim se referiu aos soldados mineiros: *“Homens bem educados, sensatos, acostumados à disciplina”.*

Em várias circunstâncias, os homens da nossa PM deram demonstração do seu valor, da sua capacidade e de sua bravura. Na guerra de independência, alguns de nossos batalhões seguiram para o Rio, onde ajudaram a garantir a integridade física de D. Pedro, contra as pretensões do General Avilez. Diversos batalhões de voluntários seguiram também para a Bahia, a fim de ajudar a expulsar as tropas portuguesas do General Madeira, que pretendiam manter o Brasil como colônia portuguesa, depois do grito do Ipiranga.

Em 1833, quando a onda insensata da restauração do trono de D. Pedro I varreu o país, um grupo assumiu o poder em Minas e exigiu muito esforço e muita capacidade de nossa força militar, para impor a ordem.

Em 1865, por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança, aconteceu em Ouro Preto episódio emocionante. O Corpo Policial, formado em frente ao quartel, ouviu uma proclamação do presidente da província, Saldanha Marinho, outra do Bispo, D. Viçoso. Em seguida, o Capitão Francisco Antônio do Carmo leu as palavras do Comandante, Tenente-Coronel Siqueira, com que convocava oficiais e soldados para ajudarem na defesa do nosso território invadido, e convidava os que quisessem apresentar-se como voluntários a darem um passo à frente. Houve funda emoção entre os que assistiam à cerimônia. É que todos os militares deram um passo à frente, sem exceção de um só. Durante os cinco anos da Guerra da Tríplice Aliança, sobretudo no episódio da Retirada da Laguna, os soldados mineiros escreveram páginas que nos enchem de orgulho.

Em 1930, eu já era professor e, como voluntário, fui testemunha da intrepidez, da bravura, da coragem cívica dos homens da Polícia Militar.

Em 1932, nossa PM escreveu páginas gloriosas de heroísmo.

Em 1964, foi a PM de Minas que salvou o Brasil da anarquia. Não foi escrita ainda a história da odisséia da Revolução de 1964, porque, vitoriosa a Revolução, os generais do Rio, que não participaram dos riscos da Revolução, antes, foram ostensivamente contrários a ela, assumi-

ram seu controle e passaram a dirigir os destinos do Brasil. Parece incrível, mas a verdade é que, dos generais que assumiram a Presidência da República, em nome da Revolução, apenas um, Garrastazu Médici, apoiou a Revolução de 1964. A afirmação não é minha. Está nas *Memórias* do General Olympio Mourão Filho.

Artigo recebido em 06/06/91.

Abstract: Military Police: Origins. *This paper focuses on the origins of the Military Police, discussing the date of their creation and the legal instrument that made it possible. It also encompasses the first period of their history, as well as their performance during the various revolutionary movements of the country, when they played a decisive role in the course of events.*